



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE FRANCA
FORO DE FRANCA
5ª VARA CÍVEL
 AV. PRESIDENTE VARGAS, 2650, Franca - SP - CEP 14402-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1028610-57.2020.8.26.0196**

Classe - Assunto **Procedimento Comum Cível - Obrigações**

Requerente: ----- e outro

Requerido: **Banco** -----

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana Gatto Martins Bonemer**

Vistos.¹

----- e ----- ajuizaram ação em face de BANCO
 ----- alegando, em
 síntese, que:

- em 18/03/2020, firmaram contrato de financiamento imobiliário, com parcelas no valor de R\$ 1.265,00, com vencimento todo dia 20 de cada mês;
- efetuaram o pagamento da primeira parcela, em 20/04/2020, mas, em razão da pandemia da COVID-19, solicitaram a prorrogação das parcelas, por 120 dias, para evitar a inadimplência;
- foram informados pelo gerente da conta, -----, via *WhatsApp*, que havia sido autorizada a prorrogação das parcelas, por 120 dias, de modo que o financiamento retornaria, em setembro de 2020;
- em setembro de 2020, a empresa ----- entrou em contato com os autores informando a existência de duas parcelas em atraso, bem como que o Banco réu havia ajuizado uma execução, o que impossibilitaria o pagamento da parcela de setembro, em razão das parcelas vencidas;
- na agência, foram informados que o gerente da conta, -----, foi demitido e que não havia sido aprovada a prorrogação do contrato, razão pela qual

¹ Recebi este processo, em regime de Auxílio à 5ª Vara Cível, em 16/03/2021, juntamente com os processos 1030062-05.2020, 1028994-20.2020, 1033306-39.2020, 1011120-22.2020, 1032877-72.2020 e 1023870-56.2020.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE FRANCA
FORO DE FRANCA
5ª VARA CÍVEL
AV. PRESIDENTE VARGAS, 2650, Franca - SP - CEP 14402-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

não poderiam efetuar o pagamento da parcela de setembro sem pagarem as duas em atraso;

- deve ser reconhecida a transação extrajudicial entre as partes,
- declarando-se a suspensão do contrato, por 120 dias, com início das parcelas, em setembro de 2020;
- devem ser indenizados pelos danos morais suportados, no valor de R\$ 6.000,00.

Requereram a procedência da ação para que seja reconhecida a suspensão do contrato de financiamento imobiliário, pelo prazo de 120 dias, com início do pagamento das parcelas, em setembro de 2020, bem como a condenação do réu ao pagamento de R\$ 6.000,00, a título de danos morais.

Foi indeferida a tutela pretendida (fls. 82/83).

O requerido apresentou contestação (fls. 96/106) alegando, em síntese, que:

- a inicial é inepta, por ausência de provas;
- não há nenhuma prova de que o pedido de prorrogação do contrato foi aceito pelo Banco réu;
- para solicitar a carência de contrato de financiamento, deveriam os autores ter encaminhado ao Banco réu o termo denominado "solicitação de carência - crédito imobiliário";
- após o encaminhamento do formulário é feita uma análise para aprovação;
- as trocas de mensagens em nada comprovam a aceitação do Banco -----;
- comprovada a existência de dívida, configura-se exercício regular de direito do credor a cobrança das parcelas;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE FRANCA
FORO DE FRANCA
5ª VARA CÍVEL
 AV. PRESIDENTE VARGAS, 2650, Franca - SP - CEP 14402-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

- não restou configurado dano moral a ser indenizado.

Houve réplica (fls. 133/136).

É o relatório. **FUNDAMENTO E DECIDO.**

I - O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355,

inciso I, do Código de Processo Civil, por não ser necessária a realização de outras provas.

II - A inicial é apta, porque narra os fatos e fundamentos da ação.

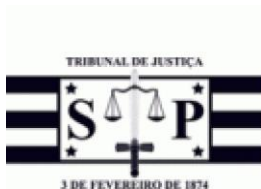
III - É certo que a relação entre as partes é de consumo, mas a incidência da legislação consumerista em nada altera o resultado da ação, neste caso.

IV - Alegam os autores que, ao efetuarem o pagamento da primeira parcela do contrato, em 20/04/2020, solicitaram, com êxito, ao gerente da conta, ----, a prorrogação do financiamento imobiliário, pelo prazo de 120 dias, a contar da parcela de abril de 2020.

O Banco réu, por sua vez, sustenta que não houve aceitação do Banco com a prorrogação do contrato.

Em que pese a alegação dos autores, tanto a solicitação de prorrogação do contrato, quanto a suposta aceitação do Banco, não restaram demonstradas.

Nas mensagens trocadas entre o autor e o funcionário do requerido -----, via *WhatsApp* (fls. 67/80), não consta a aprovação do pedido para prorrogação do contrato. Tampouco nos áudios juntados, através do *link* de fls. 142.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE FRANCA
FORO DE FRANCA
5ª VARA CÍVEL
 AV. PRESIDENTE VARGAS, 2650, Franca - SP - CEP 14402-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No primeiro áudio, o interlocutor diz ao autor: "assim que tiver a resposta aviso você". No segundo áudio, ele diz que "vai dar certo, amanhã vou fazer", mas não há a especificação do que se trata e se realmente houve a efetivação do conversado. No terceiro áudio, ele só afirma que ligará para o autor. No quarto áudio, o interlocutor afirma que vai conversar com o pessoal do escritório e que não recebeu nenhum boleto no *e-mail*.

Assim, não consta que o requerido tenha concordado em prorrogar o contrato, de modo que não há nenhum fundamento à pretendida indenização.

V - Pelo exposto, julgo improcedente a ação, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em razão da sucumbência, a parte autora arcará com custas, despesas processuais e honorários advocatícios em favor do procurador da parte requerida, que arbitro em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º do CPC. Eventual cobrança deverá observar ao disposto no art. 98, §3º do CPC/15, por ser a parte vencida beneficiária da Justiça Gratuita (fls.82/83). P.I.

Franca, 30/03/2021.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

1028610-57.2020.8.26.0196 - lauda 4